

A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA E AS NOVAS NORMAS DE INTERVENÇÃO: O CASO BRASILEIRO

Aluna: Barbara Bravo
Orientador: Kai Michael Kenkel

Introdução

A retórica diplomática brasileira, tradicionalmente enfática quanto à necessidade de garantir a proteção de civis em situações de conflito, sempre defendeu que tal ação não devia implicar na aprovação de Operações de Manutenção da Paz autorizadas para usarem a força, o que é legitimado pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Em 1999 esta postura começou a mudar e a partir de 2004 passou pelo momento mais importante da sua transformação, com o endosso brasileiro a aprovação da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Em paralelo a esse processo, desde 1994, ocorre a evolução do conceito de segurança com a inclusão do desenvolvimentismo e da proteção de civis na agenda de segurança internacional, o que, em especial durante o governo Lula, aumentou a propagação do Brasil no cenário internacional, uma vez que as políticas desenvolvimentistas eram e ainda são vistas como potenciais nichos diplomáticos para emergência do país como potência pelo Itamaraty. Dessa forma, cabe a análise acerca do que seria justamente esse novo conceito de segurança que é expandido de tal forma que redefiniu o que é considerado como “ameaça à paz e à segurança internacional”, bem como em que ocasiões o uso da força pode e deve ser utilizado.

Objetivos

Analisar os elementos determinantes da mudança de postura da Política Externa Brasileira acerca das Operações de Manutenção da Paz de mandato aprovado sob Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, bem como compreender de que forma essa mudança foi representada na retórica diplomática brasileira. Além disso, é objetivo desta pesquisa analisar de que forma a transformação do conceito de segurança e a integração do desenvolvimentismo ao mandato das Operações de Manutenção da Paz de Capítulo VII da Carta das Nações Unidas influenciaram a mudança da política externa brasileira, bem como de que forma ocorre o processo de internalização das normas de intervenção no Brasil neste novo cenário.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa é qualitativa, e a sua base teórica é oriunda do construtivismo. Dessa forma, no primeiro trimestre de pesquisa, a principal ferramenta metodológica utilizada foi a análise de discurso, buscando na retórica do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a fonte para compreensão do nível de internalização das normas referentes à intervenção. Neste primeiro momento, buscou-se compreender a argumentação brasileira acerca da necessidade de garantir a proteção de civis, bem como quais são as fontes normativas usadas para justificá-la. Além disso, a análise de discurso também se mostrou fundamental para compreender a importância do desenvolvimentismo como nicho diplomático em que o Brasil apresenta potencial de propagação no cenário internacional, e de que forma a inclusão do mesmo no escopo de atuação da MINUSTAH configurou-se como determinante para justificativa do endosso brasileiro a aprovação da missão.

Além da análise de discurso, foi feita a revisão da literatura secundária acerca da política externa brasileira, bem como da evolução do conceito de segurança, e das normas internacionais de intervenção. O propósito dessa revisão foi a maior compreensão acerca de como ocorre o processo de internalização das normas no âmbito internacional e doméstico, quais são os entraves e facilitadores que permitiram mudança tão radical de postura da diplomacia brasileira em relação às Operações de Manutenção da Paz de Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

O segundo trimestre desta pesquisa terá como principal instrumento metodológico a realização de entrevistas. O objetivo do uso desta fonte primária, será o de buscar nos formuladores da política externa brasileira a compreensão acerca de como essa mudança de postura do Brasil vem sendo legitimada, com enfoque especial a construção do conceito de não-indiferença (que não é original em sua concepção) pelo Itamaraty.

Conclusões

O estudo realizado até o presente momento abre algumas vertentes para compreensão da questão que essa pesquisa pretende elucidar. A primeira delas trata da correlação entre a expansão do mandato das Operações de Manutenção da Paz de Capítulo VII da Carta das Nações Unidas e a política desenvolvimentista brasileira, em especial ao longo do governo Lula. Por meio desta correlação, observa-se a MINUSTAH como nicho diplomático para o Brasil superar sua retórica não-intervencionista em nome da busca de maior propagação no cenário internacional, que o eleve à categoria de potência emergente e, em última análise, aumente suas chances de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Uma segunda vertente diz respeito ao processo de difusão, internalização e socialização das normas internacionais de intervenção, que passam por um momento importante de consolidação desde a emergência e adesão do conceito de Responsabilidade de Proteger, que apesar de ainda não aprovado pelo Brasil, ganha gradativamente mais força junto à comunidade internacional. A continuidade desta pesquisa, bem como a coleta de mais material, em especial de fontes primárias, permitirá ampliar a compreensão acerca do processo em curso.